

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº.1325 DE 2024**

**DE 2024.**

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Protocolo  
Gerência das Comissões  
Projeto de Lei Complementar

Data: **01/04/2024**

Hora: **14h:03min**

*“Dispõe sobre alteração da Lei Complementar n. 258, de 06 de setembro de 2006.”*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe confere o inciso V do artigo 87 da **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**,

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º.** A Lei Complementar n. 258, de 06 de setembro de 2006, passa a vigorar acrescida do artigo 42-E, com a seguinte redação:

“Art. 42-E. O Adicional por Tempo de Serviço de que trata o artigo 42 é devido à razão de 10% (dez por cento) do vencimento básico do cargo efetivo, a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

§ 1º. O servidor fará jus ao Adicional por Tempo de Serviço a partir do mês em que completar o quinquênio.

§ 2º. Será computado, para os efeitos do caput deste artigo, o tempo de serviço efetivamente prestado à Câmara Legislativa do Município de Porto Velho, a partir de 01 de janeiro de 2016.

§ 3º. É vedado o cômputo de tempo de serviço prestado a qualquer outro ente ou órgão, para efeito de aquisição de Adicional por Tempo de Serviço.

§ 4º. O Adicional por Tempo de Serviço incorpora-se à remuneração do servidor para todos os efeitos legais, bem como para os proventos de aposentadoria e pensão.

42-F. Fica suspensa a contagem do tempo de serviço para efeito de apuração do Adicional por Tempo de Serviço, nos seguintes casos:

I - licença para tratar de interesses particulares;

II - pena de suspensão;

§ 1º. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão do Adicional por Tempo de Serviço na proporção de um mês para cada falta.

§ 2º. Nos casos dos incisos I e II, a contagem do tempo cessará a partir da data do ato da concessão da licença ou da aplicação da pena de suspensão, e reiniciará na data em que o servidor retornar as atividades laborais.”

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 01 de abril de 2024.

**ELLIS REGINA BATISTA LEAL**

Vereadora - PODEMOS



Assinado por **Ellis Regina Batista Leal Oliveira** - Vereadora - Em: 01/04/2024, 13:00:25